

BASES PARA A PASTORAL JUVENIL



Estas “Bases” permitirão continuar o trabalho que se vem desenvolvendo na pastoral juvenil em Portugal e proporcionarão às Dioceses e aos movimentos apostólicos juvenis o quadro referencial para definirem orientações concretas que sejam mais adequadas às suas realidades e necessidades. Nelas são considerados “princípios de ordem geral” que pretendem ser comuns a todos, são dadas “orientações pastorais” e indicam-se as “estruturas” que parecem necessárias para concretizar os objectivos.

I - PRINCÍPIOS DE ORDEM GERAL

1. A Igreja tem sempre, no horizonte diário da sua missão evangelizadora, todas as pessoas, sem excepção. Os jovens, porém, pela sua maior sensibilidade às mutações sociais, culturais e mesmo eclesiais e pelo papel que assumem na sociedade actual, merecem uma especial atenção, pelo que se pode dizer que, hoje, na pastoral global da Igreja, a pastoral juvenil é fundamental.

2. A atenção pastoral aos jovens implica, por parte da Igreja e dos agentes pastorais, um conhecimento actualizado e concreto da sua situação e da problemática que mais os atinge no dia a dia. Implica, ao mesmo tempo, um discernimento sereno sobre as mesmas, que leve à concretização de propostas claras, adequadas e operativas, não só em favor dos jovens, mas que os envolvam na concretização dos seus projectos e na solução dos seus problemas.

3. Os jovens devem ser considerados na globalidade dos aspectos que integram a sua vida, tendo em conta os dinamismos que mais os atingem e condicionam nos seus comportamentos e atitudes e os que mais favorecem o amadurecimento pessoal e a capacidade de resposta aos seus problemas e aos da sociedade e da comunidade cristã em que estão inseridos.

4. A modernidade e a época que se lhe seguiu, tiveram aspectos positivos, como a circulação livre de informação, o respeito pelo pluralismo de opiniões e pelas minorias, a abertura à personalização, à participação e à solidariedade que a globalização da informação proporciona. Porém, tiveram e têm aspectos negativos que atingem especialmente as gerações mais novas, como o individualismo crescente e a subjectivação da verdade e da liberdade; a sede permanente de emoções e de novas sensações e experiências; a degradação sexual e a dificuldade de assumir compromissos estáveis que perdurem no futuro; a reacção a normas, orientações e regras, ditadas por qualquer forma de autoridade; a contestação fácil das formas institucionais tradicionais como a família, a escola, a sociedade política, a Igreja e as outras confissões religiosas.

Num mundo pluralista multiplicam-se tanto as opções, como os constrangimentos. Os jovens, como vivem em constante tensão, vivem, ao mesmo tempo, na procura insistente das mais diversificadas formas de quietação interior.

Não faltam, também, neste contexto social e humano, os que parecem ter perdido o sentido da vida e já desistiram de prosseguir ou se encontram à beira da desistência.

Um clima de acolhimento, compreensivo e gerador de esperança, aparece como fundamental no relacionamento pastoral com os jovens.

5. Elementos novos determinam a problemática dos jovens na nossa sociedade e neste tempo: a dificuldade crescente de programar o futuro e de organizar a família por falta, em muitos casos, de emprego estável, com a consequente atitude de adiamento; a fácil mobilidade, a diversificada convivialidade, o contacto frequente com formas novas de cultura e a possibilidade de experiências existenciais, que não geram nem laços, nem compromissos; a diminuição de influência das instituições religiosas nas suas vidas e comportamentos e a tentação de relegar, em consonância com um clima que se difunde, para a consciência individual as opções e as manifestações neste campo; a organização social que muitas vezes privilegia exageradamente uns e desconhece outros com iguais ou maiores capacidades.

Há também características da vida religiosa dos jovens, umas negativas e outras positivas, que importa referir, tais como a manifestação de um cristianismo fácil, a pouca afeição pela prática dominical, a sensibilidade por experiências de oração e espiritualidade, a adesão a peregrinações e encontros de massa (Jornadas Mundiais da Juventude, Fátima Jovem, Taizé...), a sensibilidade à beleza litúrgica...

Todas estas e outras situações merecem uma especial atenção pela sua influência na vida de muitos jovens.

6. Há ainda outros problemas, no âmbito interno da Igreja, a que os jovens são particularmente sensíveis e que importa ter em conta na sua evangelização: a linguagem, a qualidade das celebrações, as exigências do Evangelho, a monumentalidade do património imobiliário, as estruturas eclesiais, as exigências de preparação para a recepção dos sacramentos. Muitos jovens, porém, sabem que, apesar das vicissitudes, a Igreja permanece sólida e atraente, na medida da sua fidelidade a Jesus Cristo, e que o caminho para a Verdade e para a Vida, embora estreito e difícil, é pleno de esperança.

7. A pastoral juvenil é, portanto, a acção da Igreja com os jovens, na evangelização e na educação cristã, em ordem à opção por Jesus Cristo, à maturidade humana e cristã da fé e ao compromisso eclesial, apostólico e social. Este laboratório de fé, na expressão de João Paulo II, quando desenvolvido nas suas máximas possibilidades, é uma escola de vida. Ajudará os jovens a descobrirem respostas de fé para as suas interrogações mais profundas e a assumirem-se como protagonistas da sua própria história e da nova evangelização, exercendo o apostolado, de modo particular, entre os outros jovens.

II – ORIENTAÇÕES PASTORAIS

8. O esforço permanente da Igreja para descobrir caminhos de evangelização e pastoral dos jovens há-de continuar a ser fiel às características já antes por nós enunciadas: uma pastoral querigmática, catequética, missionária, encarnada e eclesial, realizada em ambiente de colegialidade e de corresponsabilidade (cf. *Mensagem dos Bispos aos Jovens*, Nov. de 2000).

9. O itinerário de fé centra-se em Jesus Cristo e educa para o discipulado ao longo de toda a vida. Nele se incluem o testemunho de acolhimento e apreço pelos jovens, o anúncio explícito de Jesus Cristo, a participação na vida da comunidade cristã e o testemunho de fé no mundo. Nele se deve apontar, também, para a dimensão orante e para a dimensão apostólica, inseparáveis da vida cristã, e, ao mesmo tempo, proporcionar a iluminação evangélica das diversas situações e problemas que os jovens vivem ou enfrentam.

10. Em ordem ao amadurecimento e ao compromisso cristão, os jovens devem encontrar nas suas comunidades ou nas estruturas da pastoral juvenil, propostas organizadas e acessíveis de itinerários de fé que, a seguir à frequência da catequese sistemática, motivem e apoiem novas atitudes e comportamentos de inspiração evangélica. Estas propostas podem, também, constituir uma ocasião para que façam a iniciação cristã aqueles que antes a não fizeram, de modo consequente, na catequese da infância e da adolescência.

Quando se trata de jovens que vivem fora da influência cristã e se dispõem, por qualquer razão, a iniciar um contacto com a Igreja, a proposta deve ser de carácter catecumenal, de modo a descobrir, mediante um progressivo processo de conversão evangélica, o rosto de Deus Pai e de Cristo Irmão, a experimentar a acção misteriosa do Espírito Santo na vida e a fazer a experiência de vida em Igreja.

11. A descoberta da Igreja, na sua dimensão misteriosa e na sua missão, é um imperativo da pastoral juvenil. Muitos preconceitos e dificuldades de compreensão e de aceitação da realidade eclesial pairam na opinião pública e atingem muitos jovens que se vão marginalizando ou que a própria Igreja, de modo não consciente, nem deliberado, vai deixando fora da sua efectiva preocupação e acção.

Sem linguagem apologética, há que encontrar meios de aproximação e propostas de experiência eclesial, por via do testemunho, da informação, de gestos concretos perante situações concretas que os jovens pedem e apreciam.

Uma das características da realidade juvenil é a insegurança e a falta de referências com sentido e apelo. Nestas circunstâncias, a Igreja, se souber ser mãe e serva, poderá depois ser, também, mestra e companheira.

12. A acção da Igreja com os jovens tenderá para fazer a cobertura e animação pastoral da pluralidade de espaços e ambientes nos quais se processa a sua vida: família, escolas secundárias e superiores, lugares e ambientes de trabalho, de ocupação de tempos livres, de lazer, de desporto e de voluntariado social. Sublinha-se, no entanto, a importância da família como espaço de vida e educação para os valores, e da escola pelo seu relevante papel, no presente e para o futuro dos jovens.

Atenção cuidada devem igualmente merecer os jovens em situações especiais, como os portadores de deficiências congénitas ou adquiridas, os afectados pela marginalidade ou exclusão, os portadores de doenças incuráveis, os atingidos por situações familiares e sociais graves. Para eles se devem

procurar formas de acção adequadas que os apoiem, os envolvam activamente e os ajudem a sentir e a experimentar a solicitude maternal da Igreja.

13. Nas propostas de formação, tendo sempre a Palavra de Deus como fonte inspiradora, e a realidade social como apelo permanente, deve atender-se tanto à formação pessoal como à formação para a vida de relação, não podendo ignorar-se os aspectos fundamentais da vida quotidiana.

Na formação pessoal privilegiem-se, à luz da mensagem evangélica, os seguintes aspectos: o culto da verdade, o primado do amor, a dignidade pessoal, o papel da consciência, a autodisciplina, o discernimento moral, o respeito pelo outro, o sentido vocacional da vida, a colaboração gratuita, a abertura ao ecumenismo, o dever ecológico...

Na formação para a vida relacional, considerem-se os seguintes pontos: relações familiares, vida associativa, compromisso social, empenho profissional, aceitação positiva do diferente, diálogo de gerações, generosidade para gestos de partilha de bens e serviços...

Nos aspectos da vida diária merecem atenção, entre outros, o sentido do dever, o uso dos bens, a ocupação dos tempos livres, o cuidado da formação permanente, a atenção aos mais pobres e desfavorecidos, a educação para a cidadania e participação cívica.

14. Aos agentes e aos responsáveis da pastoral juvenil é pedido que sejam testemunhos de fé, tenham sentido comunitário, capacidade de diálogo e possuam as competências necessárias. Não devem ter receio de apresentar aos jovens horizontes e caminhos de exigência, como a santidade pessoal, o testemunho cristão inequívoco, a capacidade de entrega definitiva e a tempo inteiro ao serviço do Evangelho, a capacidade e a coragem da denúncia e da apresentação, em lugar próprio, de novas propostas de vida e de acção de sentido evangélico.

15. Os jovens, mesmo aqueles que frequentam as paróquias e pertencem aos movimentos apostólicos, não estão todos ao mesmo nível na vivência cristã e no grau de pertença eclesial. Por isso mesmo, as propostas pastorais têm de ser diferenciadas, tendo em conta iniciativas adequadas dos Serviços nacionais e diocesanos.

16. As paróquias devem proporcionar aos jovens as fontes da vida espiritual, lugares de acolhimento e de encontro e espaços concretos de participação, que expressem igual preocupação por parte dos membros das respectivas comunidades.

17. A caminhada dos jovens na formação e na vivência e expressão da fé faz-se com maior vantagem e quase necessidade, em grupo organizado. O grupo é, por isso mesmo, um elemento pedagógico a suscitar e a apoiar na pastoral juvenil, pela sua importância no desenvolvimento humano e espiritual, como espaço de reflexão, de aprendizagem e de experiência de vida. A riqueza dinâmica do grupo será tanto maior quanto mais ele estiver inserido e aberto à comunidade humana e cristã.

18. A pastoral juvenil é inseparável da pastoral vocacional, dado que são especialmente os jovens que se encontram perante os desafios do compromisso, que resulta de uma livre e esclarecida opção de vida, em ordem ao futuro.

A educação da fé deve, portanto, de modo sistemático, abrir os jovens para descoberta e compromisso, por força da fé e da graça baptismal, para a vida matrimonial, para o ministério ordenado, para a consagração religiosa ou laical, para as novas formas estáveis de empenhamento apostólico na Igreja e na Sociedade.

Nesta abertura de sentido vocacional, além da informação, deve prestar-se também, sempre que necessária, a ajuda para o discernimento e a proposta de acompanhamento, através de pessoas para tal preparadas.

Os Serviços da pastoral juvenil e da pastoral vocacional devem, por tudo isto, trabalhar em estreita colaboração.

19. A preparação para a Confirmação, quando esta é celebrada na adolescência e na juventude, constitui um tempo adequado para aprofundar a dimensão vocacional da vida cristã e também para abrir os jovens à compreensão dos diversos ministérios laicais, indispensáveis à vida e à missão da comunidade cristã, bem como à participação voluntária e gratuita na comunidade humana.

20. Os movimentos apostólicos juvenis têm hoje uma grande actualidade e importância, pela coesão que geram, pela formação que proporcionam e muitas vezes, também, pela acção apostólica que desenvolvem.

Mesmo que estejam ligados a espiritualidades concretas, não se devem dispensar de proporcionar aos seus membros os itinerários de fé e de formação que a Igreja recomenda e proporciona a todos os jovens, tendo em conta a sua integração nos planos pastorais das paróquias e dioceses. De igual modo, as suas propostas vocacionais devem ter largueza eclesial que contemple as diversas opções e as diversas instâncias eclesiais.

21. Dada a sensibilidade dos jovens, a Igreja deve cuidar e actualizar a sua linguagem de comunicação com eles, nos diversos campos e momentos de relação, como as celebrações litúrgicas e a pregação ou outros tipos de ensinamento. Sem um conhecimento e uma compreensão actualizada da cultura juvenil, com a linguagem e expressões que lhe são próprias, e sem uma sintonia cuidada com as suas aspirações e problemas, o diálogo com os jovens será sempre difícil, arriscando-se a ser impossível ou mesmo inútil.

22. A Conferência Episcopal Portuguesa, através das suas estruturas nacionais da Educação Cristã e do Apostolado dos Leigos, assegurará, sem prejuízo de outras iniciativas designadamente das dioceses, propostas de itinerários de formação cristã dos jovens, tendo em conta a diversidade de situações e formação anterior, e de planos de formação de animadores.

23. Em todos os seus aspectos, a pastoral juvenil exige uma cuidadosa formação dos seus animadores ou líderes, o que poderá suscitar a criação de Escolas adequadas.

III - ESTRUTURAS PASTORAIS

24. No âmbito dos Serviços da CEP, o Departamento Nacional da Pastoral Juvenil tem por missão fomentar, a nível nacional, o encontro das diversas instituições eclesiais de pastoral da juventude, assegurando entre elas a melhor articulação e coordenação; estudar formas adequadas de evangelizar e educar os jovens na fé; proporcionar itinerários de formação para os jovens e seus educadores; apoiar e colaborar com os serviços diocesanos e com os

diferentes movimentos; promover a unidade entre eles, através de iniciativas comuns às dioceses e movimentos apostólicos juvenis; responder, no âmbito da pastoral juvenil, às solicitações de participação e representatividade nacional e internacional.

O Departamento Nacional tem um Director, padre ou leigo, nomeado pela CEP. No caso de o Director ser um leigo, a equipa terá um Assistente Nacional, também nomeado pela CEP.

Para a reflexão alargada dos problemas e projectos da Pastoral Juvenil é constituído um Conselho Nacional, que integrará representantes dos Serviços Diocesanos, Movimentos, Institutos e Associações Juvenis. O Conselho é um fórum privilegiado de debate, estudo, actualização dos anseios dos jovens, dos seus ambientes e das propostas pastorais mais adequadas para promover a comunhão de diversidades, o aprofundamento de conteúdos e acções concretas relativos aos jovens.

25. Sem estruturas pastorais diocesanas adequadas, a pastoral juvenil não pode realizar os objectivos antes enunciados.

Um Serviço Diocesano impulsionará a pastoral juvenil em toda a Diocese e cuidará que se lhe dê uma atenção normal em cada paróquia; será o ponto de encontro das preocupações e da elaboração das propostas pastorais; cuidará da preparação dos animadores e dos responsáveis; preparará e elaborará os subsídios necessários. A Equipa Diocesana deve ser plural nas experiências, na sensibilidade, na capacidade de propostas e de acompanhamento das situações.

26. Dado o crescente número de movimentos juvenis de sentido e carisma diverso, uns de raiz diocesana, outros ligados a institutos religiosos e laicais e muitos deles orientados por instâncias nacionais e internacionais, torna-se necessário ou pelo menos útil, o Conselho Diocesano da Pastoral Juvenil para proporcionar o encontro de todos e a sua integração no plano pastoral da Diocese, tornando-os participantes, em igualdade, nas iniciativas diocesanas comuns.

27. A estrutura paroquial será certamente diversificada, dada a realidade das paróquias. É importante, porém, que a nível paroquial e arceprelato ou vicarial exista uma estrutura simples de estímulo e coordenação, que esteja também em ligação com o Serviço Diocesano.

Fátima, 14 de Novembro de 2002